



DEFENSORIA
PÚBLICA DO ESTADO
DE PERNAMBUCO

CONTRATO N° 054/2026, QUE CELEBRAM ENTRE SI A DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE PERNAMBUCO E P.H. SHIGUEO MATSUBARA, EM DECORRÊNCIA DO PROCESSO LICITATÓRIO N° 032/2026, PREGÃO ELETRÔNICO N° 009/2026, NA FORMA ABAIXO ADUZIDA:

Por este instrumento, a **DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**, pessoa jurídica de direito público, entidade da Administração Pública Estadual, sediada na Rua Marques do Amorim, n° 127, Boa Vista, Recife, Pernambuco, inscrita no CNPJ sob o n° 02.899.512/0001-67, neste ato, representada pelo **Defensor Público-Geral, o Sr. Dr. CLODOALDO BATISTA DE SOUSA TEXEIRA**, inscrito no CPF/MF sob n° ***.161.694-**, e pelo **1° Subdefensor Público-Geral Institucional e Administrativo, o Sr. Dr. HENRIQUE COSTA DA VEIGA SEIXAS**, inscrito no CPF/MF sob n° ***.053.664-**, nomeados, respectivamente pela Portaria n° 3196/2026, do Governo do Estado de Pernambuco, e pela Portaria n° 637/2026, da Defensoria Pública do Estado de Pernambuco, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE**, e, do outro lado, **P.H. SHIGUEO MATSUBARA**, pessoa jurídica de direito privado, regularmente inscrita no CNPJ/MF sob o n° 25.381.017/0001-67, pessoa jurídica de direito privado, regularmente inscrita no CNPJ/MF sob o n° 25.381.017/0001-67, com sede na Rua Dr.Gurgel, n° 412, no bairro do Centro, CEP.:19010-020, Presidente Prudente/SP, neste ato, representada pelo seu representante legal, o Sr. **PEDRO HENRIQUE SHIGUEO MATSUBARA**, inscrito no CPF/MF sob o n° ***.955.698-**, domiciliado no Recife, doravante designada **CONTRATADA**, firmam o presente contrato, proveniente do Processo Licitatório n° 032/2026, Pregão Eletrônico n° 009/2026, mediante as cláusulas e condições seguintes:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DA JUSTIFICATIVA.

1.1. Justifica-se a presente contratação em razão do Despacho n° 781/2026, constante no Processo SEI n° 2500000156.000219/2026-95, expedido pela Coordenadoria de Planejamento e Gestão, com a finalidade de suprir as demandas da Assessoria de Comunicação - ASCOM da Defensoria Pública do Estado de Pernambuco, no que se refere à aquisição de equipamento fotográfico destinado à cobertura de eventos institucionais, visando atender às necessidades da Instituição.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DO FUNDAMENTO LEGAL.

2.1. Este é celebrado com base nos artigos 89 e seguintes da Lei n° 14.133, de 1° de abril de 2021, a Lei de Licitações e Contratos Administrativos, e decorre do Processo Licitatório n° 032/2026, Pregão Eletrônico n° 009/2026.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DO OBJETO

3.1. Constitui objeto do presente Contrato a aquisição de equipamento fotográfico, para atender as necessidades da Defensoria Pública do Estado de Pernambuco.

4. CLÁUSULA QUARTA - DA DESCRIÇÃO E ESPECIFICAÇÕES DO(S) PRODUTO(S)

4.1. Todas as especificações encontram-se neste instrumento contratual, bem como no Processo Licitatório e Proposta.

4.2. Os produtos contratados são os seguintes:

ITEM	CÓD. E-FISCO	OBJETO	UNID. MEDIDA	QTD.	VALOR UNIT.	TOTAL
01	605773-0	Lente EF-70-200mm f/2.8L IS III USM	Unidade	1	R\$ 22.799,00	R\$ 22.799,00
02	503462-0	Lente EF 16-35mm f/2.8L III USM	Unidade	1	R\$ 21.493,00	R\$ 21.493,00
03	507082-1	Flash Externo com controle de rádio sem fio HVL-F60RM2	Unidade	1	R\$ 5.998,00	R\$ 5.998,00
04	292584-2	Battery Grip BG-E14	Unidade	1	R\$ 959,00	R\$ 959,00
TOTAL:						R\$ 51.249,00

5. CLÁUSULA QUINTA - DA ENTREGA DO(S) PRODUTO(S).

5.1. Os produtos adquiridos deverão ser entregues no local indicado pela Defensoria Pública do Estado de Pernambuco, no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contados a partir da data de emissão da ordem de fornecimento.

5.2. Todas as despesas de transporte, frete, carga, descarga, seguro, e quaisquer outros encargos necessários à entrega do bem no local e prazo estabelecidos, correrão exclusivamente por conta da CONTRATADA, sem qualquer ônus adicional para a CONTRATANTE.

6. CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA.

6.1. Para garantir a conclusão de todas as etapas da aquisição, incluindo a entrega e o recebimento definitivo do bem, além do processamento do pagamento, o presente contrato terá vigência de 12 (doze) meses, a partir da data da última assinatura eletrônica.

6.2. Este contrato poderá ser prorrogado, se houver interesse da Administração, pelo prazo necessário para a completa execução do objeto, desde que seja justificada, nos limites estabelecidos pelo artigo 106 da Lei n° 14.133/2021, e esteja condicionada à existência de dotação orçamentária.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DO VALOR CONTRATUAL.

7.1. O valor global do presente contrato é de **R\$ 51.249,00 (cinquenta e um mil, duzentos e quarenta e nove reais).**

8. CLÁUSULA OITAVA - DOS RECURSOS E EMPENHO DAS DESPESAS.

8.1. O crédito pelo qual correrá as despesas da execução deste contrato está previsto no orçamento vigente de 2026, conforme segue:

Dotação Orçamentária: 00127.14.122.0939.1919.0000.0759240000.4.4.90.52.

Número e Data do Empenho: 2026NE000465, de 16 de junho de 2026.

9. CLÁUSULA NONA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO.

9.1. As Notas Fiscais/Faturas a serem emitidas pelos fornecedores, além de discriminarem os produtos, devem, também, conter obrigatoriamente a assinatura e o carimbo do representante da Unidade pertinente, como comprovante de recebimento do bem adquirido.

9.2. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a apresentação da documentação fiscal pertinente, a aprovação do(a) Fiscal do

Contrato, que atestará o recebimento do objeto, e a comprovação da manutenção da regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da CONTRATADA.

9.3. Comprovante de recebimento expedido por servidor indicado CONTRATANTE, no qual seja atestado que o bem entregue atende às condições e especificações estabelecidas no Termo de Referência.

9.4. Quando não for possível verificar diretamente no CADFOR-PE, a regularidade fiscal e trabalhista da CONTRATADA será comprovada mediante a apresentação das seguintes certidões:

- a) Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);
- b) Certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual ou Distrital do domicílio ou sede da CONTRATADA;
- c) Certidão de Regularidade do FGTS (CRF); e
- d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

9.4. Caso não seja(m) apresentado(s) quaisquer dos documentos de regularidade ou os documentos encaminhados contenham pendências, a CONTRATADA terá 10 (dez) dias para sanar a ausência identificada, prazo em que o pagamento correspondente ao mês em referência ficará suspenso.

9.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. Cumprir fielmente o presente Contrato, de forma que os produtos adquiridos sejam entregues em perfeito estado, e nas exatas condições e especificações estabelecidas no Termo de Referência.

10.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir às suas expensas no todo ou em parte, os bens em que se encontrarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da fabricação e/ou instalação, mesmo após ter sido recebido definitivamente o objeto do contrato.

10.3. A CONTRATADA obriga-se a manter as condições iniciais de habilitação durante toda a vigência do contrato, sob pena de rescisão.

10.4. É vedado à CONTRATADA ceder ou transferir, total ou parcialmente, os direitos e deveres do presente Contrato, sem o consentimento expresso e por escrito da CONTRATANTE.

10.5. A CONTRATADA deverá nomear e manter preposto para representá-la perante a Defensoria Pública do Estado de Pernambuco, e assisti-la em todas as questões relativas à execução do contrato.

10.6. A CONTRATADA deverá indicar telefones para contato, para casos excepcionais que porventura venham ocorrer.

10.7. A CONTRATADA deverá manter assessoria permanente por telefone e ou e-mail, para orientação em todos os seus itens.

10.8. Cumprir rigorosamente as cláusulas e condições ora estabelecidas.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE.

11.1. Fornecer todas as informações necessárias, documentos, dirimir dúvidas e orientar a CONTRATADA em todos os casos omissos, quando indispensáveis ao perfeito cumprimento do objeto.

11.2. Comunicar à CONTRATADA quaisquer irregularidades na execução contratual.

11.4. Promover o pagamento dentro do prazo estipulado neste Contrato.

11.5. Fornecer atestado de capacidade técnica quando solicitado, desde que atendidas as obrigações contratuais.

11.6 Indicar o servidor que irá acompanhar a execução do contrato e comunicar-se oficialmente com a CONTRATADA.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA FISCALIZAÇÃO

12.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo Fiscal do contrato, ou pelos respectivos substitutos, conforme caput do art. 117, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

12.2. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, em conformidade com o art. 120 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

12.3. O Fiscal do contrato acompanhará sua execução, para serem cumpridas todas as condições estabelecidas no mesmo, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

12.4. O Fiscal do contrato registrará as ocorrências relacionadas à sua execução, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados, de acordo com §1º, do art. 117, Lei Federal nº 14.133, de 2021.

12.5. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o Fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução, determinando prazo para a correção pela CONTRATADA.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS ADITIVOS.

13.1. Qualquer aditivo ao contrato proveniente da presente contratação deverá observar a legislação concernente à matéria, devendo haver a devida justificação para tanto.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA.

14.1. O presente Contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência, em hipótese alguma.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS SANÇÕES.

15.1 - Caso a CONTRATADA pratique qualquer infração administrativa referida no item 19 do Edital Licitatório, ou se recuse a executar o fornecimento do objeto contratual, nas exatas condições e especificações estabelecidas no Termo de Referência, motivará a rescisão contratual e aplicação das seguintes penalidades (artigos 155 e 156, da Lei 14.133/2021), sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

15.1.1. Multa;

15.1.2. Impedimento de Licitar e Contratar com a Administração Direta e Indireta do Estado de Pernambuco, pelo prazo de até 03 (três) anos;

15.1.3. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 03 (três) e máximo de 06 (seis) anos.

15.2. As sanções previstas nos itens 15.1.2 e 15.1.3 poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

15.3. A penalidade de multa será aplicada de acordo com as seguintes regras:

15.3.1. Multa de 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento) sobre o valor estimado para o item/lote do qual participou, a ser aplicada a quem cometer a infração prevista no item 19.1.1 do Edital Licitatório;

15.3.2. Multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) até 1% (um por cento) sobre o valor total do item/lote do qual participou, a ser aplicada a quem cometer a infração prevista nos itens 19.1.2. e 19.1.3., do Edital Licitatório;

15.4. Além da multa, aplicada conforme os itens precedentes, será aplicável a penalidade de Impedimento de Licitar e Contratar com a Administração Direta e Indireta do Estado de Pernambuco, nos termos estabelecidos no item 19.5 do Edital Licitatório.

- 15.5. Além da multa, aplicada conforme os itens precedentes, será aplicável a penalidade de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativo, nos termos estabelecidos no item 19.6 do Edital Licitatório;
- 15.6. Na fixação das penalidades, dentro das faixas de multa e demais condições estabelecidas no Edital Licitatório, deverão ser observadas:
- 15.6.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;
- 15.6.2. As peculiaridades do caso concreto;
- 15.6.3. Circunstâncias gerais agravantes ou atenuantes da infração;
- 15.6.4. Os danos para a Administração Pública resultantes da infração;
- 15.6.5. A vantagem auferida em virtude da infração;
- 15.6.6. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle;
- 15.7. Em caso de reincidência na prática de infração sancionada com a mesma penalidade objeto de condenação definitiva anterior, ocorrida no prazo igual ou inferior a 12 (doze) meses, contados da data de publicação da decisão definitiva da condenação anterior, as faixas de multa e os prazos previstos neste Edital poderão ser majorados em até 50% (cinquenta por cento), observados os limites máximos previstos em lei.
- 15.8. As penalidades deverão ser registradas no sistema e-fisco, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da decisão definitiva de aplicação da sanção.
- 15.9. Havendo indícios de cometimento das condutas previstas na Lei Federal nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), a documentação pertinente será encaminhada às autoridades competentes para apuração da conduta típica em questão.
- 15.10. Caberá defesa no prazo legal e vistas do processo.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA RESCISÃO DO CONTRATO.

- 16.1. O presente contrato poderá ser rescindido de pleno direito pelos motivos previstos no Art. 155 da Lei 14.133/21.
- 16.2. No caso de rescisão determinada por ato unilateral da contratante, ficam asseguradas à mesma, sem prejuízo das sanções cabíveis:
- a) a execução dos valores das multas e indenizações devidos à contratante; e
- b) a retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à contratante.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA VINCULAÇÃO AO EDITAL DE LICITAÇÃO OU AO TERMO QUE A DISPENSOU OU INEXIGIU.

- 17.1. Integram o presente instrumento, como se transcritos estivessem, o seguinte:
- a) Especificações Gerais do objeto presentes no proveniente do Processo Licitatório supracitado; e
- b) Proposta de Preços apresentada pela CONTRATADA no Processo supracitado.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL À EXECUÇÃO DO CONTRATO E ESPECIALMENTE AOS CASOS OMISSOS.

- 18.1. O presente contrato reger-se-á pelas normas estabelecidas no Estatuto Federal Licitatório, Lei 14.133/2021, e, nos casos omissos, aplicar-se-ão os princípios gerais do Direito.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS E LGPD

19.1. A Contratada, por si e por seus administradores, diretores, empregados, agentes, acionistas e terceiros que atuam em seu nome ou estão envolvidos no dia-a-dia de suas operações, declara neste ato que tem conhecimento dos termos da Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD, bem como garante estar em curso e empreendendo seus melhores esforços para adequar em todos os procedimentos que possui às novas regras determinadas pela Legislação Brasileira, assegurando a observância de rigorosos métodos para preservação e proteção dos dados de seus prepostos e terceiros à ela, direta ou indiretamente relacionados, incluindo, mas não se limitando à obtenção da autorização para retenção de tais dados e informações. Não obstante, garante ainda estar prontamente preparada para apresentar à Contratante, todos os esclarecimentos que se fizerem necessários, demonstrando a preservação dos dados pessoais e sensíveis de cidadãos brasileiros, sobretudo daqueles cujos dados foram fornecidos para viabilidade da execução do presente contrato. A violação de qualquer das obrigações previstas nesta cláusula é causa para a rescisão unilateral deste Contrato, sem prejuízo da cobrança das perdas e danos causados à Parte inocente.

20. CLÁUSULA VIGÉSIMA

20.1. Fica eleito o foro da cidade do Recife, capital do Estado de Pernambuco, para dirimir quaisquer dúvidas porventura surgidas em decorrência deste termo, renunciando a qualquer outro por mais privilegiado que o seja.

E, por estarem assim, justas e acordadas, as partes firmam o presente Termo para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Recife, (data da última assinatura eletrônica).

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
CONTRATANTE
CLODOALDO BATISTA DE SOUSA TEXEIRA
DEFENSOR PÚBLICO-GERAL

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
CONTRATANTE
HENRIQUE COSTA DA VEIGA SEIXAS
1º SUBDEFENSOR PÚBLICO-GERAL INSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
CONTRATANTE
ALEXANDRE ALBUQUERQUE GUIMARÃES
EMITENTE/TESTEMUNHA

P.H. SHIGUEO MATSUBARA
CONTRATADA
PEDRO HENRIQUE SHIGUEO MATSUBARA
REPRESENTANTE LEGAL



Documento assinado eletronicamente por **PEDRO HENRIQUE SHIGUEO MATSUBARA**, em 17/06/2026, às 09:08, conforme horário oficial de Recife, com fundamento no art. 10º, do [Decreto nº 45.157, de 23 de outubro de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Albuquerque Guimarães**, em 17/06/2026, às 09:25, conforme horário oficial de Recife, com fundamento no art. 10º, do [Decreto nº 45.157, de 23 de outubro de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Clodoaldo Battista de Sousa**, em 17/06/2026, às 12:15, conforme horário oficial de Recife, com fundamento no art. 10º, do [Decreto nº 45.157, de 23 de outubro de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Henrique Costa da Veiga Seixas**, em 17/06/2026, às 13:41, conforme horário oficial de Recife, com fundamento no art. 10º, do [Decreto nº 45.157, de 23 de outubro de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.pe.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **88452434** e o código CRC **F924E133**.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO

Av. Manoel Borba, 640, - Bairro Boa Vista, Recife/PE - CEP 50070-000, Telefone:

NOTA DE EMPENHO



DATA DO EMPENHO:

NÚMERO:

FOLHA:

16/06/2026

2026NE000465

1 / 2

UNIDADE GESTORA EMITENTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE PERNAMBUCO				CNPJ: 02.899.512/0001-67	CÓDIGO UG: 130301	GESTÃO: 00001
CREADOR: P.H. SHIGUEO MATSUBARA				CNPJ: 25.381.017/0001-67		
ENDEREÇO DO CREDOR: AV JORGE CASONI N. 665			CIDADE: LONDRINA	U.F.: PR	CEP: 86026110	
CÓDIGO U.O.: 00127	PROGRAMA DE TRABALHO: 14.122.0939.1919.0000	NAT. DA DESPESA: 4.4.90.52	IND. TEMPORAL FONTE: 2	FONTE: 0759240000	IMPORTÂNCIA: 51.249,00	
IMPORTÂNCIA POR EXTENSO: CINQUENTA E UM MIL E DUZENTOS E QUARENTA E NOVE REAIS						
FICHA FINANCEIRA: 2026.130301.00001.0759240000.44000000.5 - INVESTIMENTOS - Investimentos						
MODALIDADE DE EMPENHO: 2 - ESTIMATIVO		TIPO DE DESPESA: 1 - NORMAL		Nº DA N.E. DE REFERÊNCIA:		
LICITAÇÃO: 1303012026000031		MODALIDADE DA LICITAÇÃO: 7 - PREGAO ELETRONICO		NÚMERO DO PROTOCOLO:		
CONTRATO: 00046/2026-DPPE-130301			CEO: 130301.2026.CEO.000073			
REFERÊNCIA LEGAL LEI FEDERAL Nº 14.133/2021, ART. 28, INCISO I - PREGÃO ELETRÔNICO						
CONVÊNIO:			PROPOSTA:			

CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO							
JANEIRO:	0,00	FEVEREIRO:	0,00	MARÇO:	0,00	ABRIL:	0,00
MAIO:	0,00	JUNHO:	51.249,00	JULHO:	0,00	AGOSTO:	0,00
SETEMBRO:	0,00	OUTUBRO:	0,00	NOVEMBRO:	0,00	DEZEMBRO:	0,00

ITENS DO EMPENHO							
ITEM	CÓDIGO DO ITEM	ITEM DE GASTO	ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	UNIDADE DE FORNECIMENTO	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
1	503462-0	4.4.90.52.33	LENTE ZOOM GRANDE ANGULAR - ZOOM DE 16-35MM, COM ELEMENTOS DE EXTRA BAIXA DISTRORCAO, AUTOFOCO, ACOMPANHADA DE CASE PARA TRANSPORTE, RESISTENTE A POEIRA E A AGUA,DISTANCIA FOCAL 16 - 35 MM,ABERTURA F/2.8 (INTERVALO MINIMO DE F/STOP: 2.8-22),ANGULO DE 84° - 34°- Marca: CANON	1,00	UNIDADE	21.493,0000	21.493,00
2	605773-0	4.4.90.52.33	LENTE ZOOM GRANDE ANGULAR - TELEOBJETIVA EF 70-200MM F/2.8L IS III USM, SISTEMA EF, LENTE ZOOM PADRAO TELE OBJETIVA LENTE COM GRANDE ABERTURA F2.8 SERIE L IS USM,DISTANCIA MINIMA DE FOCAGEM: 1,2MM, DISTANCIA FOCAL: 70-200MM, DISTANCIA FOCAL (EM UMA FULL FRAME): 70-200M,ABERTURA MAXIMA F/2.8, ANGULO DE VISAO: 29° - 10°/19°30' - 7°/34° - 12°- Marca:CANON	1,00	UNIDADE	22.799,0000	22.799,00
3	292584-2	4.4.90.52.33	BATERIA PARA MAQUINA FOTOGRAFICA - COM POTENCIA DE 7.4V, 1.500MAH, 11.1WH, EMBALADO EM CAIXA COM 01 UNIDADE,COM ALTURA DE 5.60CM,COM ESPESSURA DE 2,10 CM,COM AUTONOMIA PARA 06 HORAS,PARA SER UTILIZADA EM CAMERA DIGITAL- Marca: CANON	1,00	UNIDADE	959,0000	959,00
4	507082-1	4.4.90.52.33	FLASH - UNIDADE SPEEDLITE 600EX II-RT FLASH PARA CAMERA FOTOGRAFICA COM GIRO COMPLETO DE 180° EM QUALQUER DIRECAO SISTEMA DE FLASH MULTIPLO SEM FIO USANDO COMUNICACAO DE ONDA DE RADIO PARA CONTROLE APROPRIADO DE ATE 5 GRUPOS DE FLASHES. NUMERO DE PONTOS DE FOCO: LUZ AUXILIAR DE AF SISTEMA : METODO DE PROJECAO PADRAO DE LUZ INFRAVERMELHA PONTOS AF : SUPORTA 1-65-	1,00	UNIDADE	5.998,0000	5.998,00

NOTA DE EMPENHO

DATA DO EMPENHO:

NÚMERO:

FOLHA:

16/06/2026

2026NE000465

2 / 2

			PONTO DE AF DE ALTA DENSIDADE RETICULAR DISTANCIAS FOCAS SUPTORTADAS :LENTE 28MM OU MAIOR ALCANCE EFETIVO APROXIMADO,NO CENTRO: 0,6-10 M PERIFERICO : 0,6-5M. NUMERO DE FLASHES: APROX. 100-700 FLASHES. TEMPO DE RECARGA: FLASH NORMAL: APROX. 0,1-5-5 SEG. FLASH RAPIDO: APROX. 0,1-3,3SEG., STATUS DO FLASH INDICADO PELO SINAL SONORO, ALCANCE DO FLASH : EM ISO 100, COM EF 50MM F/1.4 FLASH NORMAL: APROX. 0,5 - 27.8 M FLASH RAPIDO: MIN.: APROX. 0,5 - 14,8 M SICRONIZACAO DE ALTA VELOCIDADE : APROX. 0,5 - 14,8 M A 1/250 SEGUNDOS, ACONDICIONADO EMBALAGEM APROPRIADO ORIGINAL, GARANTIA MINIMA DE 12 MESES- Marca:SONY			
--	--	--	--	--	--	--

OBSERVAÇÃO

2500000156.000219/2026-95: Empenho ref. a aquisição de equipamentos fotográficos destinados a cobertura de eventos institucionais desta DPPE, no período de 16/06/2026 à 31/12/2026, cfe. CT nº 054/2026, CI nº 353 - CONTRATOS.

LOCALIDADE DE ENTREGA:

RUA MARQUES DE AMORIM, 127. RECIFE - PE

TOTAL

51.249,00

RESPONSÁVEL PELA EMISSÃO: RAPHAEL RODRIGUES DE LUCENA ARAUJO



Documento assinado digitalmente por: JOAQUIM FERNANDES PEREIRA DA SILVA

conforme Decreto Estadual nº 46.837, de 5 de dezembro de 2018.

A autenticidade do documento e as informações da assinatura podem ser conferidas no site:

https://efisco.sefaz.pe.gov.br/sfi_fin_gfu/PRConsultarDocumentoDigital?Doc=2026NE00046513030100001